



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
CURSO LICENCIATURA EM SOCIOLOGIA

JANAINE NUNES COELHO
SUELEN MONIQUE CONCEIÇÃO SALES

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO
MÉDIO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA DISCIPLINA E A BNCC**

MACAPÁ / AP
2025

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO
MÉDIO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA DISCIPLINA E A BNCC**

JANAINE NUNES COELHO
SUELEN MONIQUE CONCEIÇÃO SALES

Artigo Científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Universidade Federal do Amapá - UNIFAP como requisito final para obtenção do grau do curso de Licenciatura em Sociologia.

Orientador: Prof^o. Me. Luciano Magnus de Araújo

**DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO
MÉDIO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA DISCIPLINA E A BNCC**

JANAINE NUNES COELHO

SUELEN MONIQUE CONCEIÇÃO SALES

Artigo Científico apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso à Universidade Federal do Amapá - UNIFAP como requisito final para obtenção do grau do curso de Licenciatura em Sociologia.

Data de apresentação: 25/06/2025

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof^o. Me. Luciano Magnus de Araújo

Prof^aDr^a Adriana Tenório da Silva

Prof^aDr^a Iraci de Carvalho Barroso

DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO ENSINO MÉDIO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA DISCIPLINA E BNCC

CHALLENGES AND PERSPECTIVES FOR SOCIOLOGY TEACHING IN HIGH SCHOOL: HISTORICAL TRAJECTORY OF THE DISCIPLINE AND BNCC

DESAFÍOS Y PERSPECTIVAS PARA LA ENSEÑANZA DE SOCIOLOGÍA EN LA SECUNDARIA: TRAYECTORIA HISTÓRICA DE LA DISCIPLINA Y BNCC

Janaine Nunes Coelho – Acadêmica do Curso de Licenciatura em Sociologia

Suelen Monique Conceição Sales - Acadêmica do Curso de Licenciatura em Sociologia

Orientador: Prof. Me Luciano Magnus de Araújo

RESUMO

O presente artigo analisou os desafios e as perspectivas para o ensino de Sociologia no Ensino Médio, considerando sua trajetória histórica, o contexto sociocultural e político de sua inserção no currículo, bem como sua importância para a formação crítica e para a vida cotidiana dos estudantes. A Reforma do Ensino Médio é analisada sob a perspectiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), enfatizando seus impactos no ensino do conteúdo, tais como a diminuição do conteúdo conceitual, a inclusão da Sociologia na interdisciplinaridade, a redução da carga horária e a perda da criticidade, um elemento essencial da matéria. O estudo emprega o método de revisão bibliográfica, de caráter descritivo e qualitativo, baseado em estudos realizados. Assim, a relevância desta pesquisa está na sua contribuição para entender os impactos da BNCC e para estabelecer novas direções para a educação em Sociologia.

Palavras-chave: Ensino de Sociologia; Ensino Médio; BNCC; Formação crítica; Reforma educacional.

ABSTRACT

This article analyzed the challenges and perspectives for the teaching of Sociology in High School, considering its historical trajectory, the sociocultural and political context of its insertion into the curriculum, as well as its importance for critical formation and for students' daily life. The Reform of High School is analyzed from the perspective of the National Common Curricular Base (BNCC), emphasizing its impacts on content teaching, such as the reduction of conceptual content, the inclusion of sociology in interdisciplinarity, the reduction of workload and the loss of criticality, an essential element of matter. The study uses a descriptive and qualitative literature review method, based on studies conducted from. Thus, the relevance of this research is in its contribution to understand the impacts of BNCC and to establish new directions for education in Sociology.

Keywords: Sociology Teaching; High School; BNCC; Critical Thinking; Educational Reform.

RESUME

En este artículo se analizan los desafíos y perspectivas para la enseñanza de Sociología en El Bachillerato, considerando su trayectoria histórica, el contexto sociocultural y político de su inserción curricular, así como su importancia para la formación crítica y para la vida cotidiana de los alumnos. La Reforma de la Escuela Secundaria se analiza desde la perspectiva de la Base Curricular Común Nacional (BNCC), enfatizando sus impactos en la enseñanza de contenidos, tales como la reducción del contenido conceptual, la inclusión de la sociología en la interdisciplinaria, la reducción de la carga de trabajo y la pérdida de criticidad, elemento esencial de la materia. El estudio utiliza un método de revisión bibliográfica descriptivo y cualitativo, basado en estudios realizados. Así, la relevancia de esta investigación está en su contribución para comprender los impactos del BNCC y establecer nuevas direcciones para la educación en sociología.

Palabras clave: Enseñanza de Sociología; Educación Secundaria; BNCC; Formación Crítica; Reforma Educativa.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. PROCESSO HISTÓRICO DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA	08
2. A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO SENTIDO INTELECTUAL E NA FORMAÇÃO HUMANA.....	11
3. REFORMA DA BNCC E A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA	14
4. IMPACTOS DA BNCC NO ENSINO, NO CURRÍCULO, NA PROFISSIONALIZAÇÃO E NO TRABALHO DO DOCENTE.....	16
5. CRÍTICA E PROPOSIÇÕES AO NOVO ENSINO MÉDIO E À BNCC.....	18
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS	22

INTRODUÇÃO

A sociologia sempre gerou muitas discussões ao longo do tempo. A reforma da base nacional é só uma das várias mudanças na área. Por ser uma ciência que questiona o porquê das coisas, ela costuma ser reprimida em diversos momentos históricos. Isso acontece por causa de políticas que têm uma vertente neoliberal, que vê a educação de uma maneira prática. Inicialmente, os impulsionadores da disciplina visavam a transformação da nação por meio de uma formação cidadã que capacitava os nacionais a serem participantes ativos nas decisões políticas e sociais, a sociologia ganhou novas possibilidades, a principal delas, mudar a realidade a qual o Brasil estava condicionado.

Apesar de ter se tornado obrigatória com a lei nº 11.684/2008, ainda reivindicava seu lugar ao sol, pois sofria com falta de profissionais qualificados, material precário, professores desmotivados com a falta de apoio pedagógico e metodológico. Em 2017, a Sociologia voltou a preocupar, uma vez que a Reforma do Ensino Médio (Lei nº 13.415/2017) retirou a obrigatoriedade da Sociologia do currículo escolar, apesar de indicar que deveria compor a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Através da Lei nº 13.415/17, de 16 de fevereiro de 2017, instituiu-se a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral que, dentre as suas medidas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retirando a obrigatoriedade de Sociologia, Artes, Filosofia e Educação Física do Ensino Médio e colocando itinerários formativos com ênfase em áreas de conhecimento, a saber: Linguagens; Matemática; Ciências da natureza; ciências humanas; e a formação técnica e profissional. [...] O ensino da Sociologia passa a compor o itinerário das Ciências Humanas e segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio, que incluem os estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, entretanto, deixam lacunas no seu entendimento e interpretações. (Moraes, 2017, p.5,6)

Com uma descrição sucinta da pesquisa, procurou analisar os desafios e as perspectivas para o ensino de sociologia no ensino médio, destacando sua trajetória histórica, a relevância da matéria e as consequências da BNCC na transmissão do ensino, incluindo um impacto específico que enfraquece a criticidade inerente à Sociologia, além de trazer contribuições que abrem novas perspectivas para o ensino da disciplina.

A revisão bibliográfica foi conduzida de maneira descritiva e qualitativa, escolhendo livros, teses e artigos científicos através de pesquisas em bases de dados como Google Acadêmico, Scielo e revistas da Capes que publicaram estudos relacionados ao tema proposto. A pesquisa foi realizada durante o período de publicação de artigos publicados nos últimos cinco anos. Os termos de pesquisa empregados incluíram: Ensino de Sociologia; Ensino Médio; BNCC; Formação crítica e Reforma educacional.

1. PROCESSO HISTÓRICO DA INSERÇÃO DA DISCIPLINA

A sociologia foi mencionada como disciplina obrigatória para inclusão no ensino secundário em meados de 1882, durante o período do Império. A proposta apresentada pelo então deputado Rui Barbosa e Carlos de Carvalho tratava da reestruturação do ensino (Freitas; França, 2016). Nesse contexto, o Brasil enfrentava dificuldades econômicas e sociais, sendo necessário implantar uma educação que transformasse e inovasse o país.

Rui Barbosa teve influência das discussões de sua época. Como parte de um projeto de modernização do país, manifestou interesse na criação de um sistema nacional de ensino gratuito, obrigatório e laico, desde o jardim de infância até a universidade. Para elaborar o seu projeto, buscou inspiração em países onde a escola pública era amplamente difundida, demonstrando os benefícios alcançados com a sua criação. Barbosa, ao analisar a situação escolar do país, concluiu que tudo ainda estava por ser feito. Suas conclusões obedeceram às ideias gerais sobre educação obtidas de estudos sobre experiências desenvolvidas em todos os países civilizados. A análise dos dados coletados sobre o estado da instrução em diversos países, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França, a Suíça, a Alemanha, a Áustria, a Austrália, etc. (Machado, 2021, p. 3,4).

Para Machado (2021), a formação da inteligência popular através da instrução escolar era crucial para a reconstrução do caráter nacional; a ciência estava intimamente ligada à liberdade. A educação era considerada um fator de desenvolvimento, uma alavanca capaz de modernizar o país. A reforma educacional proposta por Rui Barbosa tinha como objetivo preparar para a vida.

Esta preparação requeria a criação de um ensino diferenciado do que era ministrado até então, um ensino marcado pela retórica e memorização. Era necessário privilegiar novos conteúdos, como ginástica, desenho, música, canto e, sobretudo, o ensino de ciências. A educação era percebida como uma necessidade social da qual o Brasil não poderia se esquivar.

A educação deve ser orientada para a vida, com conteúdo científico, formando o trabalhador e o cidadão. Também se preocupava com a formação do homem para exercer a cidadania, participando como cidadão esclarecido da vida política do país, país este democrático. Rui Barbosa enfatizava a importância da educação moral como um elemento fundamental na formação do cidadão. “A residência era uma extensão da escola, que incluía todo o conteúdo escolar. A instrução popular dependia da moralidade”. (Machado, 2021, p. 9-10).

A Sociologia foi colocada em evidência como uma forma de preparar as pessoas para exercer a cidadania, para modificar a situação do país. No entanto, a Sociologia ficou restrita ao projeto, não se estabelecendo, de fato, nas salas de aula.

O ensino de Sociologia no Brasil tem suas raízes na Reforma Benjamin Constant, realizada em 1891, nos primeiros anos da República. Influenciada pelo positivismo de Auguste Comte, essa reforma representou a introdução da disciplina nas escolas secundárias, visando auxiliar na educação moral e cívica dos cidadãos republicanos. Conforme ressaltado por Gohn(2020), era uma época de mudança política e social, na qual a educação era

considerada um instrumento crucial para a edificação do novo sistema. Neste cenário, a Sociologia era fortemente moldada por uma visão normativa, focada na ordem e no avanço, espelhando os princípios positivistas que guiavam as elites dirigentes da época.

Ao longo do século XX, o ensino de Sociologia passou por interrupções e retomadas, sempre ligado aos contextos políticos e às disputas ideológicas do país. Durante o Estado Novo (1937–1945), a disciplina foi retirada dos currículos escolares, sendo considerada subversiva por seu potencial crítico. Ela voltou parcialmente na década de 1950 e foi novamente banida durante o regime militar (1964-1985), com a Reforma Educacional de 1971, que deu prioridade a matérias técnicas e eliminou as Ciências Humanas do programa do segundo grau.

A reintegração definitiva da Sociologia ao Ensino Médio ocorreu apenas com a Lei n.º 11.684/2008, que tornou seu ensino obrigatório. Segundo Sousa (2025), esse processo reflete as disputas em torno do papel da escola: entre a formação para o trabalho e a formação para a cidadania crítica. À medida que a BNCC (2017) e o Novo Ensino Médio (2018) são implementadas, surgem novos desafios e tensões sobre o papel da disciplina, especialmente diante da lógica de competências e da flexibilidade curricular que tende a desvalorizar os conteúdos fundamentais das Ciências Humanas.

A crise do "milagre brasileiro" surgiu a partir das revelações do governo de que a formação de tantos técnicos, sem condições especiais de instrumentos e recursos, como a falta de equipamentos e professores, levou o governo a flexibilizar a legislação educacional com a Lei 7.044/82 e revogar a obrigatoriedade do ensino profissionalizante, permitindo a diversificação dos currículos.

A evolução da educação em Sociologia no Brasil está alinhada com os principais acontecimentos políticos e educacionais do país. Durante o fim do Império e começo da República, começam as primeiras iniciativas para estabelecer um sistema de ensino público contemporâneo e laico. A partir da Reforma Benjamin Constant (1890), que foi influenciada pelo positivismo de Auguste Comte, a Sociologia começou a ser incorporada ao currículo como componente de um programa de educação moral e cívica. Segundo Rêses (2014), a disciplina foi pensada, naquele momento, como uma ferramenta de "ordem social" e de adaptação à nova estrutura republicana. Contudo, durante a Primeira República (1889-1930), a sua participação nas escolas foi restrita e elitizada, caracterizada por um ensino direcionado para um grupo restrito de pessoas e sem a preocupação com a educação crítica do povo.

Durante o período democrático que precedeu o golpe militar, sob a administração de Juscelino Kubitschek (1956–1961), houve uma valorização das Ciências Humanas, com a

inclusão esporádica da Sociologia nos programas de ensino de algumas redes estaduais, durante a ditadura civil-militar (1964-1985). Conforme Gadotti (2000) a matéria foi banida do Ensino Médio pela Reforma Educacional de 1971, por ser vista como ideológica e potencialmente perigosa para a preservação da "ordem". Apenas depois da redemocratização, o debate sobre a volta da Sociologia ao currículo ganhou relevância. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) estabeleceu as bases para sua reintegração.

A vitória foi alcançada com a aprovação da Lei nº 11.684/2008, que modificou a LDB para tornar imprescindível a inclusão de Sociologia e Filosofia nos três anos do Ensino Médio. Segundo Sposito (2023), essa conquista resultou de um esforço coletivo que envolveu docentes, alunos, instituições de ensino superior e entidades científicas, em prol de uma educação focada na reflexão crítica e no exercício da cidadania. Mesmo diante de novos desafios com a BNCC e o Novo Ensino Médio, a Sociologia mantém sua importância como matéria formativa, capaz de estimular o raciocínio crítico e a compreensão das dinâmicas sociais atuais.

Em 1954, durante o I Congresso Brasileiro de Sociologia, Florestan Fernandes, defendeu a necessidade da disciplina nas escolas secundárias do país. O objetivo deste debate era discutir a validade da estrutura curricular vigente no sistema educacional e a importância de introduzir ciências humanas de forma mais ampla, o que poderia enriquecer o currículo do ensino secundário.

Os críticos dessa discussão argumentavam a respeito da saturação dos currículos, qualificando-os como enciclopédicos, e denunciando a proposta como corporativista. Araújo (2017) aponta que as disputas foram intensas e, apesar do progresso alcançado com a Lei 11.684/08, que obriga o ensino de Sociologia no ensino médio, ainda há uma mobilização constante entre professores e estudantes dessa área para assegurar que essa disciplina se torne uma parte visível da formação dos jovens, contribuindo para seu desenvolvimento intelectual e moral.

É importante salientar que a recente Reforma do Ensino Médio, aprovada pela medida provisória nº 746/2016, teve um impacto significativo sobre essa disciplina, tornando-a obrigatória somente para aqueles que definiram pela área de humanas. A lei 11.684/08 incentivou os Estados a elaborarem projetos e políticas curriculares que atendam às novas demandas. A oferta de cursos de licenciatura em Sociologia, na modalidade de licenciatura plena, como a plataforma Freire, permitiu que diversas políticas públicas educacionais se conectassem em uma ampla rede de interdependência, visando facilitar a aplicação do ensino da sociologia.

Mosé (2014) relata que o ensino de Sociologia na educação básica tem se apresentado irregularmente, sofrendo alterações que se baseiam nas propostas e reformas curriculares. Há quem atribua a oscilação entre a permanência ou não da disciplina Sociologia ao contexto histórico-político e cultural, enfatizando a sua manutenção somente nos períodos mais democráticos da vida política/social.

Como bem disse Araújo (2017) a Sociologia surgiu, num primeiro momento, para conservar a ordem estabelecida, sendo incluída no ensino secundário brasileiro normal e preparatório, no período entre 1925 e 1942, com a vigência da reforma e posteriormente com a de Francisco Campos (1931).

De acordo com Moraes (2013), à medida que a disciplina de sociologia foi ganhando espaço, a nova Lei DB - Lei 9.394/96 - tornou obrigatório o ensino de sociologia e filosofia nos três anos do Ensino Médio em todo o Brasil, através da Lei 11.684/08, que instituiu sua implementação no ensino médio. O resultado de uma luta coletiva entre professores e estudantes de Ciências Sociais, travada por muitos anos.

A disciplina de Sociologia foi introduzida no currículo escolar brasileiro em diversos períodos históricos, refletindo as oscilações políticas e ideológicas do país. De acordo com Mosé (2014), a Sociologia esteve presente no ensino secundário entre 1925 e 1942, quando foi removida do currículo pelo governo Vargas em decorrência da reforma Capanema. Somente em 2008, com a Lei no 11.684, a disciplina voltou a ser obrigatória no Ensino Médio.

Este reconhecimento representou um avanço na formação dos estudantes, assegurando um olhar crítico sobre as relações sociais e incentivando o pensamento crítico sobre a realidade brasileira. Contudo, a aprovação das reformas do Ensino Médio e da BNCC, que foi implementada em 2022.

2. A IMPORTÂNCIA DA SOCIOLOGIA NO SENTIDO INTELECTUAL E NA FORMAÇÃO HUMANA

O objetivo da inclusão do ensino de sociologia no currículo do ensino médio é a formação de um cidadão mais crítico. A Lei 9.394/96, em seu artigo 36§ 1o; inciso III, estabelece que, ao final do ensino médio, o aluno deve ter domínio de Filosofia e Sociologia necessários para exercer a cidadania.

Segundo Freitas e Lima (2013), a sociologia visa principalmente a formação do cidadão crítico. Além disso, a abrangência desse estudo pode ajudar a compreender a realidade social no qual o jovem estudante está inserido, adicionando mecanismos que o

permitam pensar na superação de sua condição humana. Ou seja, traz também modos de pensar, seja através da reconstrução ou da desconstrução do pensamento vigente. “A educação tem por função suscitar na criança um certo número de estados físicos, intelectuais e morais que lhe são exigidos pela sociedade” (Durkheim, 1995, p. 47).

A disciplina de Sociologia no Ensino Médio tem um papel crucial na formação da cidadania ativa fornecendo aos estudantes instrumentos teóricos e analíticos para compreender a sociedade e participar criticamente da vida pública. Em um contexto caracterizado por desigualdades sociais e desafios democráticos, a disciplina se destaca por incentivar o pensamento crítico, a reflexão sobre direitos e deveres e a compreensão das estruturas sociais que moldam a vida coletiva.

De acordo com Araújo (2017), o exercício de desnaturalizar as concepções existentes a respeito dos fenômenos sociais, tornando-os estranhos e passando a serem objetos de questionamento. Somente nessas condições é que esses fenômenos podem ser objeto de estudo da sociologia. A sociologia é abrangente e, para trabalhar com ela no ensino médio, é necessário fazer alguns recortes, adequar às linguagens, os conteúdos, as metodologias, os temas e o processo de criação das ciências sociais para que essa abordagem de conteúdos esteja mais próxima da realidade do jovem estudante, contribuindo para sua formação.

A educação em sociologia é um componente indispensável. Ele contribui para o enriquecimento da relação com o conhecimento, incentivando a reflexão sobre a realidade do estudante jovem, a partir da compreensão do senso comum. Como bem disse Zanardini (2020), o ensino de Sociologia no Ensino Médio desempenha um papel crucial na formação da cidadania ativa, ao proporcionar ferramentas para a compreensão das relações sociais e incentivar a participação crítica na sociedade.

O desenvolvimento do pensamento crítico é uma das principais metas da Sociologia no ensino médio. De acordo com Giroux (1998), a educação deve ser considerada um espaço de questionamento e construção de saberes que permitam aos estudantes compreender e questionar as desigualdades e injustiças. Dessa forma, a Sociologia oferece ferramentas para os alunos analisarem criticamente as informações que as recebem, questionarem discursos ideológicos e participarem ativamente dos debates sociais. Uma das principais contribuições da Sociologia para o ensino médio é permitir que os estudantes compreendam as dinâmicas sociais que estruturam a vida em sociedade.

Conceitos como estratificação social, ideologia e poder permitem analisar as desigualdades e as relações de dominação presentes no dia a dia. De acordo com Bourdieu

(1998), a escola pode ser tanto um espaço de reprodução das desigualdades quanto um local de resistência e transformação.

Marx (1996) a formação política dos jovens é um aspecto fundamental promovido pelo ensino de Sociologia. Ao estudar conceitos como democracia, participação social e movimentos sociais, os estudantes desenvolvem uma compreensão mais ampla sobre o funcionamento das instituições políticas e as possibilidades de atuação cidadã. Giddens (2005) sustenta que a democracia é fruto do engajamento ativo da população, e a educação tem um papel crucial nesse processo.

A educação desempenha um papel crucial na formação de cidadãos ativos e críticos. De acordo com Freire (1987), a educação deve ser libertadora, incentivando a consciência crítica e permitindo que as pessoas compreendam e transformem sua realidade. O ensino de Sociologia proporciona o contato com diferentes teorias sociais, estimulando o debate sobre desigualdades, democracia e justiça social, contribuindo significativamente para a formação cidadã.

A importância da Sociologia é evidenciada por diversos estudiosos que se debruçam nas inúmeras possibilidades para a vida, Baumann (2014) em seu livro *Para que serve a Sociologia?* Traz ao cerne da atividade sociológica a sua relação profunda com experiência humana, diferente das outras ciências, a Sociologia está incorporada no cotidiano de maneira busca a reflexão e permite uma observação política

Dourado (2021), comenta dizendo o que torna a sociologia uma atividade intrinsecamente política é, além disso, o próprio fato de oferecer uma fonte e uma legitimação de autoridade distintas, ao contrário da política institucionalizada. Em nossa sociedade multivocal e multicentrada, essa não é, contudo, a única fonte de autoridade envolvida na competição política para não dizer sua única alternativa. Também com o que pode ser. Ela deve ajudar as pessoas a compreenderem suas próprias vidas à luz dos processos sociais mais amplos.

A desnaturalização e o estranhamento são um dos pilares da Sociologia que servem como norteadores importantes para percepções mais profundas da realidade imposta, conforme Caregnato e Cordeiro (2014), a função da Sociologia é desmascarar os mecanismos ocultos que moldam comportamentos e crenças, revelando que muitas ações tidas como autônomas são, na verdade, influenciadas por estruturas sociais.

3. REFORMA DA BNCC E A DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

A BNCC é um documento padrão que especifica os conceitos fundamentais que os alunos devem ser ensinados durante as fases da educação básica. Este tópico discutirá apenas a BNCC para estudantes do ensino médio, como está nesta fase da educação onde a versão da sociologia, o foco de nossa discussão proposta, está situada.

Com a promulgação da Lei nº 13.415/2017, que institui o Novo Ensino Médio, houve uma reestruturação significativa na organização curricular da educação básica. A principal mudança foi a introdução dos itinerários formativos, percursos de aprofundamento que os estudantes podem escolher conforme seus interesses e projetos de vida. Esses itinerários estão organizados em cinco grandes áreas: Linguagens e suas Tecnologias, Matemática e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, e Formação Técnica e Profissional.

Dentro da área de Ciências Humanas, a Sociologia encontra um novo espaço de atuação, embora de forma menos garantida do que na estrutura anterior. De acordo com Gatti (2009), a inserção da Sociologia nos itinerários formativos, e não como componente fixo da formação geral, representa um retrocesso no que diz respeito à sua universalização e ao seu papel formador crítico no Ensino Médio.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada em 2017, define que o Ensino Médio deve promover o desenvolvimento de competências gerais, como o pensamento crítico, a empatia, a responsabilidade social e o protagonismo juvenil. No entanto, essas competências são muitas vezes abordadas de forma genérica e desvinculadas de conteúdos disciplinares consistentes, o que pode enfraquecer o papel das Ciências Humanas na formação do aluno. Gadotti (2000) aponta que a formação integral exige mais do que competências técnicas: é necessário um compromisso com a construção da cidadania, da consciência histórica e da leitura crítica da realidade.

Nesse sentido, embora a BNCC mencione valores como: ética, respeito à diversidade, responsabilidade social, há uma lacuna entre esses princípios e as condições concretas de ensino, sobretudo diante da flexibilidade curricular que permite, em muitos contextos, a substituição da Sociologia por disciplinas eletivas ou projetos com baixa densidade teórica.

Na prática, os componentes curriculares possíveis de serem trabalhados no itinerário de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas incluem não apenas Sociologia, mas também Filosofia, História, Geografia, atualidades, estudos culturais, mediação de conflitos e temas interdisciplinares voltados à realidade local. No entanto, como destaca Rêses (2014), o risco

está em um tratamento superficial dessas áreas, sem a garantia de professores formados e sem a obrigatoriedade de uma abordagem crítica e contextualizada.

Na estrutura anterior à reforma, Sociologia e Filosofia eram disciplinas obrigatórias nos três anos do Ensino Médio, asseguradas pela Lei nº 11.684/2008, fruto de um esforço coletivo de educadores e entidades acadêmicas. Com o Novo Ensino Médio, esse caráter obrigatório foi diluído, e a presença da disciplina passou a depender do projeto político-pedagógico das escolas e das redes estaduais. Embora o novo modelo prometa flexibilidade e personalização da aprendizagem, Gatti (2009) adverte que isso pode acentuar desigualdades educacionais e reduzir o acesso universal a uma formação crítica, especialmente nas escolas públicas, onde há maiores limitações estruturais e pedagógicas.

Observe que sua base legal e efeitos são decorrentes da lei das diretrizes e bases da educação nacional (Lei nº 9.394/1996), bem como do Plano Educacional Nacional (PNE). Apesar da existência de padrões e capacidades compartilhadas nos níveis nacionais, os currículos ainda são flexíveis às diferenças e particularidades das situações locais.

Através da Lei nº13.415/17, de 16 de fevereiro de 2017, instituiu-se a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral que, dentre as suas medidas, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, retirando a obrigatoriedade de Sociologia, Artes, Filosofia e Educação Física do Ensino Médio e colocando itinerários formativos com ênfase em áreas de conhecimento, a saber: Linguagens; Matemática; Ciências da natureza; ciências humanas; e a formação técnica e profissional. [...] O ensino da Sociologia passa a compor o itinerário das Ciências Humanas e segue as orientações da Base Nacional Comum Curricular referente ao Ensino Médio, que incluem os estudos e práticas de Educação Física, Arte, Sociologia e Filosofia, entretanto, deixam lacunas no seu entendimento e interpretações. (Moraes, 2017, p.5,6)

A disciplina de Sociologia é apresentada na BNCC como parte do itinerário das Ciências Humanas, mas isso não significa que permaneça como uma disciplina obrigatória, mas sim uma oportunidade que o aluno terá para escolher para sua formação, Oliveira e Cigales (2019) apresentam a implementação do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O novo ensino médio no Brasil, que entrou em vigor em 2022, prevê a existência de “itinerários formativos”, o qual são a parte flexível do currículo, permitindo que os alunos escolham um percurso de aprofundamento em uma das quatro áreas de conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas.

Na prática, reduz a carga horária das disciplinas de ciências humanas, incluindo a Sociologia. De acordo com Ball e Mainardes (2011), reformas educacionais orientadas pelos princípios neoliberais tendem a enfraquecer conteúdos curriculares que não estejam diretamente relacionados às demandas do mercado de trabalho.

4. PACTOS DA BNCC NO ENSINO, NO CURRÍCULO, NA PROFISSIONALIZAÇÃO E NO TRABALHO DO DOCENTE

As Ciências Humanas, particularmente a Sociologia, têm sido objeto de intensa discussão. A disciplina que era obrigatória no Ensino Médio até recentemente, sofreu uma redução de espaço no currículo devido à flexibilização promovida pelos itinerários formativos, onde a BNCC prioriza abordagens mais técnicas e instrumentalizadas, com isso correndo o risco de que esses conteúdos sejam tratados superficialmente ou, até mesmo, excluídos da formação dos estudantes, pois a reflexão profunda que é própria da sociologia dá lugar a memorização de conceitos e reprodução de discursos.

A Reforma do Ensino Médio BRASIL (2017) traz, ao menos, duas implicações sobre a manutenção no currículo da Sociologia como disciplina, ambas reforçadas pela BNCC. BRASIL (2018). Uma de caráter mais geral, que reforça a organização curricular por áreas do conhecimento, dentre as quais está a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, integradas pelas disciplinas de Sociologia, Filosofia, Geografia e História.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), implementada como documento normativo em 2017, propôs uma reestruturação significativa do sistema educacional brasileiro. Sua orientação pedagógica se baseia na formação por competências, com foco em habilidades consideradas essenciais para a vida em sociedade e o mundo do trabalho. Para Silva (2010), essa lógica rompe com o modelo tradicional de ensino pautado na transmissão de conteúdos sistematizados e disciplinares, introduzindo uma abordagem funcionalista que, embora busque tornar a aprendizagem mais dinâmica e conectada à realidade, levanta sérias questões sobre a profundidade do conhecimento escolar.

Conforme aponta Saviani (2013), a educação não pode ser reduzida à formação de competências utilitárias; ao contrário, ela deve assegurar o acesso ao conhecimento historicamente acumulado pela humanidade, condição necessária para a emancipação intelectual e social do sujeito.

No campo curricular, a BNCC resultou em uma reorganização estrutural que impacta diretamente a presença e o peso das disciplinas escolares, especialmente no Ensino Médio. Com a aprovação da Lei nº 13.415/2017, que regulamenta o Novo Ensino Médio, houve a introdução dos chamados itinerários formativos, nos quais os estudantes podem escolher áreas de aprofundamento. Silva e Oliveira (2022), essa flexibilização, embora defendida como um avanço na personalização do ensino, tem sido criticada por gerar desigualdades no acesso ao

conhecimento, uma vez que muitas escolas, sobretudo da rede pública, não possuem condições materiais e pedagógicas para ofertar todos os itinerários.

De acordo com Gatti (2009), essa lógica de fragmentação curricular pode comprometer o princípio da equidade educacional, resultando em formações escolares desiguais e, por vezes, superficialidades.

Os impactos da BNCC também se estendem à profissionalização docente. A exigência de desenvolver competências complexas em contextos de precarização estrutural tem pressionado os professores a adaptar sua prática pedagógica a modelos que muitas vezes não dialogam com sua formação inicial. Além disso, a redefinição dos conteúdos e da carga horária das disciplinas altera a identidade profissional dos docentes, especialmente nas áreas das Ciências Humanas.

Arroyo (2021) observa que o esvaziamento das disciplinas formadoras do pensamento crítico como Sociologia e Filosofia acarreta um deslocamento do papel do professor, que deixa de ser mediador do conhecimento para atuar como executor de competências pré-definidas. Isso afeta diretamente o engajamento docente, gerando desmotivação, insegurança metodológica e perda do sentido pedagógico do trabalho.

A inserção da lógica por competências também interfere na autonomia pedagógica do professor, reduzindo seu papel na construção do currículo e restringindo sua liberdade didática. Apple (2003) argumenta que ensinar exige uma relação viva com o saber, construída a partir das experiências do professor e das realidades dos estudantes. No entanto, a padronização promovida pela BNCC tende a desconsiderar essas dimensões, impondo objetivos de aprendizagem genéricos e metas avaliativas que se sobrepõem à construção significativa do conhecimento. Ao se tornarem aplicadores de um currículo pronto, muitos docentes perdem a capacidade de contextualizar, problematizar e transformar o ensino em uma prática crítica e democrática.

No que diz respeito à prática pedagógica, a BNCC exige que o professor desenvolva estratégias ativas, integradoras e interdisciplinares, mas não garante, por outro lado, condições concretas para sua realização. Muitos docentes enfrentam salas superlotadas, jornadas extensas e falta de formação continuada para aplicar metodologias condizentes com a proposta curricular.

Bodart (2021) destaca que essa distância entre o ideal normativo e a realidade escolar fragiliza a prática docente e compromete a implementação efetiva da BNCC. A fragmentação do tempo pedagógico, aliada à pressão por resultados imediatos e avaliações externas,

restringe ainda mais a possibilidade de um ensino profundo e significativo, especialmente nas áreas que exigem reflexão e debate, como a Sociologia.

Os impactos da BNCC e do Novo Ensino Médio sobre o ensino, o currículo e o trabalho docente são múltiplos e complexos. Embora o discurso oficial promova a valorização da aprendizagem ativa e da formação integral, na prática observa-se um cenário de intensificação do trabalho docente, perda de identidade profissional e desvalorização das disciplinas formadoras do pensamento crítico.

A proposta de base por competências, ao não reconhecer a importância do conhecimento disciplinar e da autonomia do professor, ameaça transformar a escola em um espaço de treinamento técnico, esvaziando sua função social de formar cidadãos críticos e conscientes. Cabe, portanto, um esforço coletivo por parte de educadores, gestores e pesquisadores para resistir a esses retrocessos e reafirmar a educação como um direito social e instrumento de transformação.

5. CRÍTICA E PROPOSIÇÕES AO NOVO ENSINO MÉDIO E À BNCC

A reforma do Ensino Médio, consolidada com a Lei nº 13.415/2017, e sua vinculação à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) têm sido objeto de intensos debates no campo da educação. Embora apresentem como proposta oficial a flexibilização curricular e a personalização da trajetória do estudante, as reformas são alvo de críticas quanto à sua concepção técnica, ao desprezo por uma formação humanista e à acentuação das desigualdades escolares.

A proposta de formação por competências, ao priorizar saberes instrumentais, coloca em risco a formação crítica e integral dos estudantes. De acordo com Saviani (2013), a educação não pode ser compreendida como simples adestramento de habilidades, mas deve promover o acesso ao conhecimento sistematizado, condição fundamental para a autonomia intelectual e política do sujeito.

Um dos principais pontos de tensão está na fragmentação curricular promovida pelos itinerários formativos, que supostamente ampliariam a liberdade de escolha dos alunos. Contudo, como destacam Freitas e Lima (2013) e Arroyo (2021), a oferta real dos itinerários é limitada pela infraestrutura das redes estaduais, resultando em escolhas determinadas por condições externas e não por interesse ou vocação. A promessa de um currículo flexível, nesse cenário, revela-se seletiva e excludente.

O resultado prático é a consolidação de um modelo educacional dual, onde estudantes da rede pública têm acesso restrito à formação integral, enquanto os de instituições privadas

mantêm currículos mais robustos e próximos das exigências do ensino superior e do mercado formal. Outro ponto crítico diz respeito à desvalorização das Ciências Humanas e, mais especificamente, da Sociologia e da Filosofia. A ausência de obrigatoriedade dessas disciplinas em todos os anos do Ensino Médio enfraquece sua presença e reduz sua função de promover o pensamento crítico, o debate público e a consciência social.

Gentili (2020) aponta que a retirada ou flexibilização dessas áreas representa um retrocesso em relação à concepção de escola como espaço de formação cidadã. Com a redução da carga horária e a descontinuidade das disciplinas, os professores enfrentam dificuldades para desenvolver seqüências didáticas significativas, aprofundar teorias ou conectar os conteúdos à realidade dos estudantes, o que resulta em um ensino superficial e desmotivador.

Além disso, a implementação da BNCC intensifica o processo de centralização curricular, enfraquecendo a autonomia das escolas e dos professores na definição de suas práticas pedagógicas. Bourdieu (1992) comenta que o processo educativo deve ser construído em diálogo com o contexto sociocultural dos sujeitos envolvidos, e não por meio de prescrições homogêneas e descontextualizadas. A padronização dos objetivos de aprendizagem e a ênfase em avaliações externas criam um ambiente escolar voltado ao cumprimento de metas, em detrimento da construção coletiva do saber. Isso compromete o papel do professor como intelectual orgânico e transforma sua função em mera execução técnica de diretrizes previamente estabelecidas.

Diante dessas críticas, propõe-se a revisão da BNCC e do Novo Ensino Médio a partir de uma perspectiva democrática e dialógica, que reconheça a diversidade regional, cultural e socioeconômica do Brasil. É necessário garantir a presença obrigatória das disciplinas de Ciências Humanas em todos os anos do Ensino Médio, assegurando uma formação crítica e plural.

Além disso, deve-se revalorizar o papel do professor como protagonista na construção do currículo escolar, por meio da ampliação da autonomia pedagógica e do investimento em formação continuada. Como defende Harvey (2005), a educação pública precisa ser orientada por uma concepção emancipatória, comprometida com a equidade social e o desenvolvimento humano integral, e não subordinada a lógicas mercadológicas.

Por fim, é fundamental pensar a escola como um espaço de resistência e reinvenção pedagógica. As proposições aqui apresentadas não negam a necessidade de modernização da educação, mas alertam para os riscos de reformas que priorizam resultados quantitativos e negligenciam os processos qualitativos de ensino-aprendizagem. A superação das limitações

do Novo Ensino Médio e da BNCC exige o envolvimento ativo de professores, gestores, estudantes e pesquisadores em uma construção coletiva e crítica do projeto educacional brasileiro. Ao reafirmar a centralidade do conhecimento, do pensamento reflexivo e da justiça social na formação escolar, é possível recuperar o sentido transformador da educação e fortalecer a escola como espaço de construção de cidadania e liberdade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os desafios e as perspectivas do ensino de Sociologia no Ensino Médio brasileiro, considerando sua trajetória histórica e os impactos das recentes reformas educacionais, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e o Novo Ensino Médio. A partir da análise documental, do diálogo com autores clássicos e contemporâneos e da discussão crítica sobre o contexto educacional atual, foi possível compreender que a Sociologia tem enfrentado um processo de reconfiguração curricular que ameaça sua função crítica e cidadã no ambiente escolar.

Um dos principais avanços observados na trajetória da disciplina foi sua reintegração obrigatória ao currículo do Ensino Médio por meio da Lei nº 11.684/2008. Esse marco legal representou uma conquista coletiva de professores, estudantes e entidades acadêmicas, que reconhecem na Sociologia um instrumento essencial para a formação reflexiva dos jovens. Contudo, com a aplicação da Lei nº 13.415/2017 e das orientações da BNCC, esse avanço foi relativizado. A adequação curricular e o foco em habilidades práticas diminuíram a presença da matéria e comprometeram sua persistência nos três anos do Ensino Médio, particularmente nas instituições públicas com menos infraestrutura.

A pesquisa confirmou a hipótese de que as recentes reformas têm contribuído para o esvaziamento conceitual da disciplina, dificultando sua abordagem crítica e aprofundada. A redução da carga horária, a pressão por resultados mensuráveis e a imposição de um currículo baseado em competências fragmentadas impactam negativamente a prática docente e o interesse dos estudantes. Ademais, observou-se que a condição de trabalho do docente de Sociologia tem se deteriorado progressivamente, tanto pela ausência de suporte institucional quanto pela restrição de sua autonomia pedagógica. Esses fatores respondem diretamente à questão da pesquisa e destacam a necessidade de revalorização da matéria e do profissional que a leciona.

Apesar dessas limitações, a Sociologia ainda apresenta grande potencial como ferramenta formadora, especialmente quando aliada a metodologias ativas, abordagens interdisciplinares e ao uso crítico das tecnologias. As estratégias de ensino que se conectam

com a experiência dos estudantes provaram ser eficientes para estimular o interesse e fomentar a reflexão crítica. Contudo, para concretizar essas potencialidades, é crucial que existam políticas públicas que assegurem a capacitação contínua dos docentes, a continuidade da matéria como componente obrigatório e investimentos em infraestruturas apropriadas para a sua instrução.

A pesquisa alcançou seus objetivos ao reconhecer não só os desafios que a disciplina enfrenta no cenário atual, mas também as oportunidades para sua reinvenção no ambiente escolar. A avaliação do passado possibilitou entender que o ensino de Sociologia no Brasil sempre foi afetado pelas tensões políticas e ideológicas que permeiam o setor educativo. Nesse sentido, reafirma-se a importância de continuar debatendo e defendendo a presença das Ciências Humanas como parte essencial de uma educação democrática e socialmente comprometida. A Sociologia não deve ser vista como um complemento do currículo, mas sim como uma matéria que proporciona ferramentas essenciais para a compreensão e mudança da realidade social.

Para futuras pesquisas, sugere-se a realização de estudos empíricos com professores e estudantes da educação básica, a fim de compreender como o Novo Ensino Médio e a BNCC têm sido implementados nas práticas escolares e como têm afetado, concretamente, o ensino de Sociologia. Seria igualmente pertinente examinar a formação inicial dos professores de Ciências Sociais e sua capacitação para atender às demandas do novo modelo de educação. Em última análise, é imprescindível expandir a discussão pública acerca da função das Humanidades no ambiente escolar, fundamentada em evidências e vivências que solidifiquem uma visão de educação que não se restringe ao mercado, mas também à cidadania, à justiça social e ao progresso humano.

REFERÊNCIAS

APPLE, Michael W. **Educação e poder**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

ARAÚJO, Valdívnia. Ensino de sociologia: desafios e perspectivas para a sensibilização sociológica: uma experiência com estágio curricular nas escolas pública estaduais no sudoeste baiano. Seminário **Gepráxis**, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil, v. 6, n. 6, p 3786-3802, 2017.

ARROYO, Miguel. **Currículo, território em disputa**. 5. ed. São Paulo: Vozes, 2021.

BALL, Stephen; MAINARDES, Jefferson. **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011.

BODART, C. das N. O ensino de Sociologia e a BNCC: esboço teórico para pensar os objetivos educacionais e intencionalidades educativas na e para além das competências. **Cadernos Da Associação Brasileira De Ensino De Ciências Sociais**, 4(2), 131–153. 2021

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BAUMAN, Zygmunt. **Para que serve a sociologia?** Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

BRASIL.LDB - **Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 20 jan.2025

BRASIL. **Lei nº 11.684**, de 2 de junho de 2008. Altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Publicação no D.O.U. de 3 de junho de 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. A Lei nº 13.415/2017 alterou a Lei nº 9.394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494/2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica.

BRASIL.**Lei nº7.044**de 18de outubro de1982.Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-7044-18-outubro-1982-357120-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: 24 jan.2025.

BRASIL. Reformulação Ensino Médio. **Medida Provisória nº 746**, de 2016. Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/126992> Acesso: 02 jan.2025.

CAREGNATO, C. E.; CORDEIRO, V. C. Campo científico-acadêmico e a disciplina de Sociologia na escola. **Educação e Realidade**, v. 39, p. 39-47, 2014.

DOURADO, Luiz Fernandes. Políticas curriculares e reformas educacionais no Brasil: uma análise crítica da BNCC e do Novo Ensino Médio. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 42, e240066, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es>. Acesso em: 14 jun. 2025.

DURKHEIM, Émile. **A evolução pedagógica**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREITAS, Cláudia Martins de; LIMA, Filho Peixoto. Culturas Juvenis e escola: reflexões para pensar o ensino de sociologia na educação básica. DanyelleNilin Gonçalves (org). In: **Sociologia e Juventude no ensino médio: formação PIBID e outras experiências**. Campinas, SP: pontes editoras, 2013.

FREITAS, M. C. L.; FRANÇA, C. E. História da Sociologia e de sua inserção no ensino médio. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal da Grande Dourados, **Dourados**, v. 3, nº 5, p. 39-55, 2016. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/movimentacao/article/view/7218>. Acesso em: 30 março 2024.

GENTILI, Pablo. A lógica perversa da reforma educacional no Brasil: notas críticas sobre o Novo Ensino Médio. In: GENTILI, Pablo (org.). **Neoliberalismo e educação: reformas, resistências e alternativas**. São Paulo: Expressão Popular, 2020.

GADOTTI, Moacir. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. São Paulo: Ática, 2000.

GATTI, Bernadete Angelina. A reintegração da Sociologia no Ensino Médio e seus desafios. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 109, p. 15–34, jan./abr. 2009.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GIROUX, Henry. **Escola e democracia: políticas neoliberais, pedagogia crítica e cultura popular**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

GOHN, Maria da Glória. **Educação e participação da sociedade civil: desafios para a democracia no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2005.

MACHADO, M. C. G. O projeto de Rui Barbosa: o papel da educação na modernização da sociedade. In: V Seminário nacional de estudos e pesquisas - história, sociedade e educação no Brasil. Campinas. **Anais...** 2021.

MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**. In: MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. São Paulo: Boitempo, 1996.

MORAES, A. Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade. **Cad. Cedec, Campinas**, v. 31, nº 85, p. 359-382, set./dez. 2017.

MORAES, Amaury Cesar. Formação de professores de sociologia do ensino médio: para além das dicotomias. In Luiz Fernandes de Oliveira. (org) **Ensino de Sociologia: desafios teóricos e pedagógicos para as Ciências Sociais**. Seropédica RJ: ed. UFRJ, 2013.

MOSÉ, Viviane. **A escola e os desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2014.

OLIVEIRA, A.; CIGALES, M. P. O ensino de Sociologia no Brasil: um balanço dos avanços galgados entre 2008 e 2017. **Revista Temas em Educação**, v. 28, nº 2, p. 42-58, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/rteo/article/view/46060>. Acesso em: 04 março 2024.

RÊSES, E. S. E com a palavra: **Estudo das representações sociais dos alunos da rede pública do Distrito Federal sobre a sociologia no Ensino Médio**. 2014. 147f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2013.

SILVA, Simone; OLIVEIRA, Lucas. A sociologia na BNCC: análise crítica e impactos no Ensino Médio. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 37, n. 109, p. 1–20, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc>. Acesso em: 15 jun. 2025.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SOUSA, Danilo R. de. Educação e resistência epistemológica: o lugar da sociologia no currículo escolar. **Cadernos Cedes, Campinas**, v. 45, n. 128, p. 1–17, 2025. (Futura publicação, prevista em edição especial).

SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive**. Belo Horizonte: UFMG, 2009.

SPOSITO, Marília Pontes. Juventude, escola e exclusão: reflexões sociológicas sobre os itinerários formativos. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, e240012, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es>. Acesso em: 16 jun. 2025.

ZANARDINI, Isabella. **Educação, neoliberalismo e o ensino de Sociologia**. São Paulo: Cortez, 2020.